



## NA GIRA DO TEMPO: SABERES ANCESTRAIS COMO PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DO KILOMBU MANZO NGUNZO KAIANGO

Dalviane Regina de Paula Assis<sup>1</sup> - Natiele Rosa de Oliveira<sup>2</sup> - Juliana Miranda Campos<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho é resultante das atividades desenvolvidas ao longo do projeto de pesquisa “Na gira do tempo”, que buscou associar ações de preservação e salvaguarda do patrimônio sociocultural da comunidade quilombola de matriz africana Manzo Ngunzo Kaiango com uma proposta de estudo que visava compreender como os próprios membros do Kilombu Manzo entendem e significam sua história, suas memórias, seus saberes e seu patrimônio sociocultural, compreendendo que essas noções, longe de serem universais e imutáveis, são circunscritas de acordo com as tradições de diferentes grupos. A pesquisa teve por objetivo auxiliar na organização de um acervo de registros da história e patrimônio sociocultural do Kilombu Manzo que possa subsidiar vivências de educação patrimonial acerca dos saberes neles contidos, tendo na própria elaboração e compartilhamento de conhecimentos tradicionais ancestrais da comunidade um de seus princípios primordiais. Deste modo, o projeto almejou, a um só tempo, atender a uma demanda da comunidade, ampliar o conjunto de pesquisas acerca da história e tradições dos povos de matriz africana em Minas Gerais e se configurar como uma proposta profícua de educação patrimonial, nos permitindo, inclusive, problematizar as noções hegemônicas de história e patrimônio.

**Palavras-chave:** Comunidades quilombolas. Manzo Ngunzo Kaiango. Patrimônio.

### 1 INTRODUÇÃO

O Kilombu<sup>4</sup> Manzo Ngunzo Kaiango se constitui como um quilombo urbano, localizado no bairro Paraíso, em Belo Horizonte/MG, no maior aglomerado da cidade, conhecido como Serra. Seu nome remete a um dos elementos centrais de organização da comunidade, qual seja, sua estruturação em torno da prática do Candomblé Congo-Angola, de tradição banto (QUEIROZ, 2012).

A história e a constituição da comunidade, contudo, remete a uma circunscrição territorial mais ampliada, que se inicia no município de Ouro Preto, local de origem de sua matriarca Mаметu Muiandê (Mãe Efigênia). De acordo com os relatos orais da comunidade, a

---

<sup>1</sup> Aluna do Tecnólogo em Conservação e Restauro – IFMG - Campus Ouro Preto

<sup>2</sup> Professora de História – IFMG – Campus Ouro Preto

<sup>3</sup> Professora de Sociologia – IFMG – Campus Ouro Preto

<sup>4</sup> O termo aqui segue a grafia própria utilizada pela comunidade



família de Mometu Muiandê tem sua origem em um antigo bairro da cidade, à época chamado de Vila Veloso, hoje conhecido como São Cristóvão, região da Mina Du Veloso, espaço que congrega um importante registro do trabalho desenvolvido por comunidades afro-diaspóricas na cidade (KIDOIALE, 2023).

Nas primeiras décadas do século XX, a família migrou para o Morro da Queimada, em função da expansão do núcleo urbano de Ouro Preto, que expulsou as populações mais pobres para regiões mais afastadas do centro histórico da cidade. Na década de 1950, aos 08 anos de idade, Mometu Muiandê se mudou para Belo Horizonte com sua mãe e, a partir daí, se iniciou nas tradições afro-religiosas da Umbanda, incorporando um Preto Velho, chamado Pai Benedito (KIDOIALE, 2023).

Trabalhando como doméstica e lavadeira, em 1970, Mometu Muiandê fixou residência com seus filhos na região Leste de Belo Horizonte e, a partir daí, iniciou práticas de terreiro com tradição na Umbanda. Ainda de acordo com os relatos da comunidade, durante as atividades do terreiro, o mentor espiritual da casa, Pai Benedito, instruiu seus filhos para que desenvolvessem atividades em prol do bem-estar das crianças da região, atravessadas por um contexto socioeconômico de vulnerabilidade. Assim, as práticas do terreiro passaram a se transformar em instrumento de mobilização social da comunidade e de preservação do patrimônio imaterial afro-brasileiro.

Em 2007, a Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescente quilombola, em decorrência da análise da história da matriarca da família e, também, pela manutenção de tradições de origem africana, como a prática religiosa do candomblé e das atividades educativas e socioculturais desenvolvidas pelo projeto Kizomba, criado na comunidade em 1998. Desde 2007, o Manzo possui processo aberto de regularização fundiária no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Minas Gerais (INCRA-MG), tendo em vista obter a demarcação de seu território. Em 2017, foi aprovado o registro do Manzo como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade de Belo Horizonte e em outubro de 2018, a Comunidade foi registrada como Patrimônio Cultural do estado de Minas Gerais, na categoria de lugares.

Ao longo desses anos, o Kilombu Manzo já produziu uma gama variada de registros e informações sobre a história e as tradições da comunidade, que, no entanto, não se encontram compilados e sistematizados. Há também uma demanda, por parte da comunidade, de produzir



registros de seu patrimônio imaterial, até então presentes apenas na tradição oral dos mestres e mestras do território.

Neste sentido, o projeto desenvolvido junto à comunidade se constitui em uma interface entre pesquisa aplicada/extensão, que, por um lado, almejou promover ações voltadas para a organização do acervo de registros da história e patrimônio da comunidade, buscando, em paralelo, subsidiar vivências de formação/compartilhamento de saberes acerca desse patrimônio com outras comunidades tradicionais da região e com o público em geral. Por outro, a pesquisa buscou, a partir desse processo, problematizar de que modo os próprios membros do Kilombu Manzo entendem e significam sua história, suas memórias, seus saberes e seu patrimônio sociocultural, compreendendo que essas noções, longe de serem universais e imutáveis, são circunscritas de acordo com as tradições de diferentes grupos.

## 2 RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA

Ao longo dos 12 meses de desenvolvimento do projeto, foram realizados três encontros ampliados com a comunidade, incluindo a juventude e os mestres e mestras do território, além de entrevistas realizadas com a matriarca, Mãe Efigênia e com sua filha, Makota Kidoialê, principais lideranças do Kilombu Manzo.

Esses trabalhos evidenciaram, em primeiro lugar, a importância das ações de salvaguarda de registros sobre a história e o patrimônio cultural do Kilombu Manzo para a comunidade. Isto porque, um dos principais desafios enfrentados pela comunidade atualmente diz respeito à demarcação formal de seu território, cujo processo, conforme dito anteriormente, encontra-se, há 17 anos, em análise junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável por essa titulação.

Esse cenário demonstra as dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas no Brasil para terem seus direitos garantidos pelo Estado, o que faz com que esses grupos estejam constantemente em luta pela reafirmação, não apenas de seus direitos territoriais, mas também da legitimidade de suas tradições socioculturais e de seu patrimônio histórico e cultural. Como afirma Beatriz Vaz (2014):

A titulação dos territórios quilombolas é, sem dúvida, a principal demanda dessas populações frente ao poder público. Contudo, outras áreas começam a ser demandadas na medida em que a complexidade e a diversidade de tais contextos vêm à tona. Em



um contexto no qual o acesso a direitos pelos chamados povos ou comunidades tradicionais passa, também, por uma mobilização interna e pelo enquadramento a determinados dispositivos legais, membros do grupo e agentes externos acionam os sinais ou elementos que marcam a diferença e “identificam” o que é ser “quilombola”. Assim, lugares, histórias e práticas são ressignificados nesse processo de afirmação étnica e luta por direitos coletivos, de forma a constituir e valorizar a memória de grupos, antes estigmatizados e subalternizados (VAZ, 2014, p.67).

Assim, a afirmação da identidade quilombola, por meio da mobilização de seus saberes, sua história e seu patrimônio cultural, surge como estratégia de contrapoder aos processos históricos de dominação e subjugação.

No caso do Manzo, em particular, essa afirmação apontou também para a necessidade de engajar os jovens da comunidade nessas ações, reforçando, junto a eles, o sentimento de pertencimento ao Kilombu, fator que hoje se constitui como um dos elementos de preocupação dos mais velhos da comunidade, que temem uma desconexão dos mais novos em relação às tradições do território.

A pesquisa evidenciou, ainda, a necessidade de tensionarmos as concepções hegemônicas de história e patrimônio, muitas vezes construídas com base em parâmetros eurocentrados e que não abarcam a particularidade da experiência histórica e cultural de comunidades fundadas a partir de outras cosmovisões não ocidentais. Como nos adverte Antônio Bispo dos Santos (2019), “cada quilombo é um quilombo” e essa compreensão nos (re)territorializa, lembrando que nenhum conhecimento pode ser tomado em generalidade e desconexão.

Um exemplo concreto dessa questão surgiu em uma das atividades desenvolvidas junto à comunidade, na qual houve uma discussão a respeito do lugar que as entidades<sup>5</sup> ocupariam no inventário de registro patrimonial da comunidade, visto que não se trata de humanos encarnados, mas de espíritos ancestrais, que, no entanto, são estruturantes das tradições e da conformação do território do Kilombu.

Assim, nos indagar sobre como a comunidade do Kilombu Manzo significa e mobiliza sua própria história, seus saberes e seu patrimônio, nos abre também para a possibilidade de (re) pensar o próprio conhecimento histórico a partir de uma perspectiva pluriepistêmica, que

---

<sup>5</sup> Na cosmovisão compartilhada no interior das práticas de terreiro do Kilombu, pode-se dizer, grosso modo, que as entidades são seres espirituais ancestrais que seguem em comunicação com os humanos, trazendo orientação, cura e proteção tanto para os membros da comunidade quanto para aqueles que os procuram em busca de auxílio.



ressignifica, inclusive, o lugar das experiências afrodiaspóricas no interior das narrativas hegemônicas sobre história do Brasil.

### 3 CONCLUSÃO

A pesquisa encontra-se ainda em fase de desenvolvimento e, portanto, os resultados obtidos até aqui são apenas parciais. Por ora, evidencia-se a importância do projeto para a comunidade e para o atendimento de suas demandas quanto ao reconhecimento, valorização e registro de seus saberes tradicionais ancestrais, sua história e seu patrimônio sociocultural, assim como para a ampliação da produção científica acerca da história e tradições dos povos de matriz africana em Minas Gerais, contribuindo também, do ponto de vista teórico-historiográfico, para um alargamento das noções correntes acerca de história, patrimônio e comunidades quilombolas.

### REFERÊNCIAS

BISPO DOS SANTOS, Antônio. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: OLIVA, Anderson Ribeiro [et.al] (Orgs). **Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

\_\_\_\_\_. **Colonização, quilombos. Modos e Significações**. Brasília: INCTI, UNB, CNPQ e MCTI, 2021.

KIDOIALE, Makota. **Entrevista concedida a Natiele Oliveira, em 13 de novembro de 2023**. Belo Horizonte: arquivo da pesquisadora, 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

QUEIROZ, A. M. M. **Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: UFMG, 2012.

VAZ, Beatriz Accioly. **Quilombos e Patrimônio Cultural: reflexões sobre direitos e práticas no campo do patrimônio**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.